



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

Aos 13 dias do mês de dezembro de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 144/XIII/3.ª, relativa à reunião de 6 de dezembro de 2017
2. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 83/XIII/2.ª (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas
3. Apreciação e votação indiciária na generalidade da Proposta de Lei n.º 84/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas
4. Apreciação e votação indiciária na generalidade da Proposta de Lei n.º 85/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital
5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 336/XIII/2.ª – Acesso às comunicações eletrónicas como serviço universal nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro
– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 875/XIII/2.ª (PSD) – Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia
7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 590/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços tendo em vista a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos

9. Outros assuntos

Por impossibilidade de presença do Senhor Presidente no início da reunião, assumiu a presidência o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE).

1. Apreciação e votação da ata n.º 144/XIII/3.ª, relativa à reunião de 6 de dezembro de 2017

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente em exercício submeteu a votação a ata n.º 144/XIII/3.ª, relativa à reunião de 6 de dezembro de 2017, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Apreciação e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 83/XIII/2.ª (GOV) – Estabelece o estatuto do mediador de recuperação de empresas

No âmbito da apreciação e votação na especialidade desta proposta de lei usaram da palavra os Senhores Deputados Joel Sá (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Bruno Dias (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Ascenso Simões (PS) e Heitor de Sousa (BE).

A discussão e votação foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da proposta de lei na Internet.

A votação consta do [relatório de votações](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser acedido na página da proposta de lei na Internet.

No decurso deste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Comissão assumiu a presidência.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

3. Apreciação e votação indiciária na generalidade da Proposta de Lei n.º 84/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime extrajudicial de recuperação de empresas

No âmbito da nova apreciação na generalidade e votação indiciária desta proposta de lei usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Heitor de Sousa (BE), Pedro Mota Soares (CDS-PP) e Luís Moreira Testa (PS).

A discussão e votação foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da proposta de lei na Internet.

A votação consta do [relatório de votações](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser acedido na página da proposta de lei na Internet.

4. Apreciação e votação indiciária na generalidade da Proposta de Lei n.º 85/XIII/2.ª (GOV) – Aprova o regime jurídico de conversão de créditos em capital

No âmbito da nova apreciação na generalidade e votação indiciária desta proposta de lei usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Heitor de Sousa (BE) e Luís Moreira Testa (PS).

A discussão e votação foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da proposta de lei na Internet.

A votação consta do [relatório de votações](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser acedido na página da proposta de lei na Internet.

5. Apreciação e votação do relatório final sobre a Petição n.º 336/XIII/2.ª – Acesso às comunicações eletrónicas como serviço universal nos termos da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro

– Relator: Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

De seguida, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) apresentou o relatório final da petição em epígrafe.

Submetido a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 875/XIII/2.ª (PSD) – Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 875/XIII/2.ª (PSD) - Recomendação ao Governo para a realização urgente de um estudo sobre as implicações para a economia portuguesa da saída do Reino Unido da União Europeia, referindo o debate havido na Comissão de Assuntos Europeus.

Concluiu no sentido de acelerar o estudo fornecendo informação importante às empresas portuguesas.

O Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) afirmou que o PS encara o Reino Unido – com ou sem Brexit – sempre como parceiro importante.

Referiu que as negociações ainda são prematuras e que é importante manter os acessos das empresas ao Reino Unido, bem como a proteção dos Portugueses residentes no Reino Unido, e incentivar o investimento do Reino Unido em Portugal.

Acompanham o PSD nas preocupações constantes do Projeto de Resolução e na necessidade do estudo, que seria extemporâneo realizar agora.

Notou que as negociações ainda durarão algum tempo e o estudo deverá aguardar algum tempo.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) considerou que o Projeto de Resolução do PSD ignora que a competência do estudo é do Secretário de Estado da



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

Internacionalização, recordando que, na audição do Secretário de Estado, lhe pedira que este problema estivesse mais clarificado com informações.

Entendeu que estas preocupações do Projeto de Resolução caberiam melhor em perguntas ao Governo.

Salientou notícias do acordo divulgado ontem e espera que o Governo possa informar a Assembleia da República.

Considerou que falta objeto específico ao Projeto de Resolução pelo que é extemporâneo.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) notou haver antecipação das consequências do processo do Brexit, o que não é errado, e que o Brexit fez cair o tabu do alargamento da UE, com o 1º membro a sair.

Lembrou que a Diplomacia portuguesa salienta habitualmente o Reino Unido como a mais antiga aliança de Portugal.

Destacou três pontos importantes no Brexit:

1. o estatuto dos Cidadãos da UE,
2. as contribuições financeiras e
3. a fronteira com a Irlanda,

e que a 2.ª fase próxima é mais importante e aí caberão vários cenários possíveis, ponderando hipóteses de negociação e resultados.

Referiu a evidência da relação bilateral com o Reino Unido.

O Senhor Deputado António Costa da Silva (PSD) lembrou que o PSD já questionou várias vezes o Governo nesta matéria e que o Governo disse não ter feito estudo, ao contrário do Governo de Espanha que tem estudo com vários cenários.

Defendeu que Portugal também deve ter vários cenários em que as Empresas poderão tomar iniciativas.

Salientou a importância do Reino Unido como parceiro comercial e económico.

- 7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 590/XIII/2.ª (PSD)**
– Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços tendo em vista a recuperação e valorização da Fortaleza de Peniche



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) apresentou o projeto de resolução, referindo que o PSD tinha já defendido a necessidade de intervenção na Fortaleza de Peniche, enquadrada no Programa REVIVE. Entretanto, foi retirada desse programa, por um conjunto de pressões, mas o investimento que podia ser aí realizado por privados não colidia com outros interesses, nomeadamente os históricos, pois era possível distinguir as duas coisas, tendo em conta a própria dimensão da Fortaleza. Afirmou que o PSD defendia que a mesma necessitava de uma intervenção profunda e desde a apresentação deste projeto de resolução havia já notícias positivas por parte do Governo sobre esta matéria, apesar de considerar que as intervenções que se pretendem realizar não são suficientes.

Usaram da palavra os Senhores Deputados José Miguel Medeiros (PS), Heitor de Sousa (BE) e Ana Mesquita (PCP).

O Senhor Deputado José Miguel Medeiros (PS) considerou esta discussão extemporânea, lembrou a Resolução da Assembleia da República n.º 118/2017, de 14 de junho, sobre esta mesma matéria, que refletia o consenso possível. Neste momento, afirmou, havia já trabalho em curso e, em primeira instância, a Fortaleza iria ser tratada como um monumento, *tout court*, preservado e valorizado enquanto depositário de uma memória muito relevante do país. Neste momento, o mais importante era recuperar o edifício, musealizado como deve ser. Outras utilizações pareciam não tão oportunas, razão pela qual o PS e o Governo tinham percebido a necessidade de admitir exceções como esta ao Programa REVIVE. Fez ainda um paralelismo com a situação da prisão de Alcatraz, que só recentemente estava a ser reabilitada em termos de espaço museológico e de memória, ressalvado o facto de esta não ter tido o cariz de prisão política que teve a Fortaleza de Peniche. Concluiu, afirmando que o PS entendia que não se devia reabrir este processo neste momento e não iria apoiar este projeto de resolução.

Pelo Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) foi afirmado que partilhava e concordava com as afirmações do orador antecedente, que considerava o projeto de resolução ultrapassado e que o próprio ponto 2 da sua parte resolutiva estava já ultrapassado pela decisão do Governo sobre o destino a dar à Fortaleza de Peniche.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) considerou que não fazia sentido esta discussão nesta altura. Assinalou que os Orçamentos do Estado para 2017 e para 2018 previam já medidas concretas para a Fortaleza de Peniche. Lembrou que havia um grupo de trabalho do Governo que estava a fazer um estudo sobre o projeto de recuperação e musealização da Fortaleza e os usos que podiam ser dados aos seus espaços. Concluiu, relembrando a componente histórica muito relevante deste edifício, até anterior à sua função de prisão política durante o regime fascista, quando fazia parte das linhas de defesa costeira.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado António Costa Silva (PSD), para, referindo o facto de o projeto de resolução ter um ano, realçar que nesse tempo tanto podia acontecer muita coisas como nada acontecer; afirmar que uma parte essencial da Fortaleza podia ser enquadrada no Programa REVIVE; e referir a falta de consequência que muitas vezes os projetos de resolução têm.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos

O Grupo Parlamentar do PS solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

9. Outros assuntos

Tendo-se verificado o necessário consenso, o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) apresentou o requerimento para audição de diversas entidades sobre os CTT, tendo referido notícias sobre o estado de degradação do serviço postal universal, e defendido a necessidade de audição das entidades que constam do requerimento, considerando a importância do serviço público de correios junto das populações mais vulneráveis e que vivem afastadas dos grandes centros.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para informar que votaria a favor do requerimento, em benefício do esclarecimento da situação sobre a prestação do serviço público de correios e telecomunicações, para referir que o processo de degradação do serviço já tinha sido reconhecido na Assembleia da República por todos os grupos parlamentares e pela ANACOM, e para lembrar a greve anunciada pelos trabalhadores dos CTT ainda no mês de dezembro; Bruno Dias (PCP), para concordar com a realização das audições e referir que será a reedição do debate feito há um ano e que contribuiu para intervenções do regulador, para admitir que possa haver outros sindicatos a ouvir e informar que, quanto à Comissão de Utentes, apenas conhecia o Movimento de Utentes de Serviços Públicos, que congrega comissões de utentes várias; e António Costa Silva (PSD), para informar que o seu grupo parlamentar nada tinha a opor às audições e achava bastante aconselhável que esta matéria fosse discutida com os diferentes intervenientes.

Submetido o requerimento a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

De seguida, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou o requerimento para a realização de diversas audições, no Grupo de Trabalho – Transportes Públicos, no âmbito do processo legislativo da Proposta de Lei n.º 50/XIII e dos Projetos de Lei n.ºs 450/XIII (BE) e 529/XIII (PSD).

O Senhor Presidente começou por informar que a Cabify já tinha solicitado audiência ao Grupo de Trabalho sobre esta mesma matéria, referiu que ainda ninguém tinha solicitado a audição da UBER e, em seu entender, fazia sentido, e propôs substituir a audição do IMT, da AdC e da DECO por parecer escrito, por considerar que poderiam enviar pareceres muito úteis, sugestões que foram aceites pelo autor do requerimento, que, para estes casos, defendeu a necessidade de indicação de um prazo.

Usaram também da palavra os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para concordar com o requerimento e a sugestão anterior, propor que seja também solicitado parecer à APDC e que as audições sejam marcadas até meados de janeiro de 2018, ao que respondeu o Presidente da Comissão que iria dar prazo para envio



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

dos pareceres até 10 de janeiro; Bruno Dias (PCP), para referir que não seria agora que o PCP iria levantar objeções à realização de audições, lembrar que o único requerimento rejeitado na Comissão tinha sido um a solicitar que não houvesse mais audições, e lembrar que o PCP tinha entregue propostas de alteração à PPL 50/XIII em março e estava em condições de fazer a votação; e Luís Moreira Testa (PS), para referir que já todos conheciam a posição de partida das diversas entidades que se pretende ouvir, para reiterar que o PS não objetava à realização de audições, mas havia quem beneficiasse com a inexistência de decisão sobre a matéria, pelo que se devia apontar uma data para a conclusão deste processo legislativo.

Finalmente, o Senhor Presidente afirmou que esta ronda de audições podia permitir que os grupos parlamentares consolidassem as propostas de alteração que pretendiam apresentar e acreditava que seria possível, até final do mês de janeiro, fazer as audições e entregar as propostas de alteração.

Submetido o requerimento a votação, com as alterações introduzidas, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

A reunião foi encerrada às 14:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de dezembro de 2017.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 145/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ana Mesquita
António Topa
Ascenso Simões
Carlos Silva
João Paulo Correia
José Miguel Medeiros

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Cristóvão Norte
Heloísa Apolónia
Ricardo Bexiga

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Virgílio Macedo
Hortense Martins
Maria Adelaide Ribeiro